

LEITURA SOCIOLÓGICA E TEOLÓGICO-PASTORAL DO VER.

Prof. Francisco Antônio F. de Almeida.¹
Pe. Manfredo Araújo de Oliveira.²
Pe. Antônio Almir Magalhães de Oliveira³

O Documento da síntese final da avaliação do Plano de Pastoral 2003-2007 e do VER, construído a partir da realidade das Paróquias e Áreas Pastorais, nos revela os principais desafios que ferem a dignidade humana. Desses desafios, observamos que seis se apresentam como mais citados nessa síntese final, construída na metodologia do planejamento participativo, desde as assembléias das Áreas Pastorais e Paróquias, das Pastorais Sociais e Movimentos, passando pelas assembléias das Regiões Episcopais, do Fórum dos Movimentos Eclesiais e do Conselho Arquidiocesano de Leigos.

Assim, este texto aponta uma análise explicativa das determinações desses desafios sociais, presentes na atual realidade brasileira. Trata-se, num primeiro momento, de uma leitura sociológica da conjuntura a partir dos fatos destacados na síntese final, numa perspectiva de compreendê-los e explicá-los como fruto dos processos históricos e sociais da sociedade brasileira nas últimas décadas, inserida no contexto das transformações sociais mundiais. Num segundo momento, apresentamos uma análise teológico-pastoral, apontando os principais desafios eclesiais no enfrentamento desta realidade.

1 – Leitura Sociológica.

1. 1 Principais Desafios

1.1.1 Violência.

O primeiro grande desafio social que aparece se refere a uma problemática que salta aos olhos: a violência. É fato observado no país inteiro o crescimento da escalada da violência, que tem sido a principal causa de morte nos grandes centros urbanos. Em nosso estado, em particular aqui em Fortaleza, a situação ainda não é tão grave como no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas o crescimento dos índices de criminalidade já preocupa e a sensação de insegurança e medo é um sentimento que começa a ser cotidiano na vida dos moradores da capital cearense. O aumento na incidência de crimes como seqüestros relâmpagos e virtuais, assaltos nas ruas e pontos de ônibus, tráfico de drogas, assaltos em sinais de trânsito demonstra que algo precisa ser feito para não tornarmos a vida urbana um caos insustentável.

Outro fato grave é a crescente participação de crianças e adolescentes em crimes violentos. Pesquisa realizada pelo CDPDH⁴ em comunidades pobres localizadas nos bairros Tancredo Neves e Jardim das Oliveiras que, em 2006, foram marcados por conflitos violentos de gangues e ainda registram altos índices de criminalidade, demonstrou que dos atores envolvidos com a prática delituosa 75% são crianças e adolescentes e 12,5% são jovens com idade entre 18 e 25 anos (tabela 21).

Tabela 1

¹ Sociólogo, mestre em Educação e professor do ITEP e ICRE.

² Filósofo, teólogo e professor da UFC

³ Teólogo, mestre em Missiologia e professor do ITEP.

Qual a faixa etária que você considera mais violenta:	Percentual %
Criança e adolescentes (até 18 anos)	75%
Jovem (18-25 anos)	12,5%
Adulto (+ de 25 anos)	8,33%
NR	4,17%

Ora, considerando que os principais delitos criminosos são praticados com o uso de armas de fogo, conforme dados da Tabela 20, pode-se constatar que a juventude parece ter acesso livre a esse tipo de armamento, o que coloca em cheque as ações de controle do comércio de armas de fogo, executadas pelas autoridades de segurança pública em Fortaleza.

Tabela 2

Quais as armas mais usadas nos atos de violência criminal:	Percentual %
Armas de fogo	81,11%
Armas brancas	6,67%
Outros objetos: pedra, garrafa, etc	2,22%
NR	10%

A pesquisa mostra ainda que o problema da violência nas áreas pesquisadas está também diretamente ligado ao envolvimento direto da polícia em atividades delituosas. É o que nos revelam os dados abaixo:

Tabela 3

Tem conhecimento de atos ilegais praticados por policiais:	Percentual %
SIM	48,24%
NÃO	51,76%

Tabela 4

Se sim, que tipo de atos ilegais são praticados por policiais:	Percentual %
Agressão física, tortura	27,42%
Roubo, furto	6,45%
Corrupção, recebimento de propina	35,48%
Tráfico de drogas	24,19%
Outros	6,46%

Observando esses dados, percebe-se que o aumento da violência naquelas comunidades está diretamente ligado ao baixo nível de qualidade de vida que é imposto às populações das áreas pobres da cidade. Em geral, essa situação reflete a realidade nacional nas grandes favelas do país, onde são altos os índices de violência criminalizada. A pesquisa mostrou ainda que a violência também tem origem nas condições inadequadas de trabalho dos agentes do sistema de segurança, da corrupção policial, baixos salários, ações de segurança pública desarticuladas de outras ações de promoção social, enfim, da maneira equivocada de as autoridades tratarem a problemática da segurança pública no Brasil.

Diante dessa realidade, o atual governo estadual busca desenvolver ações de segurança e combate à violência. No segundo semestre de 2007, foi implantado o

Programa “Ronda do Quarteirão”, um dos carros chefes da campanha eleitoral em 2006, e parece estar sendo um bom reforço no combate ostensivo à criminalidade. Outras ações importantes a serem consideradas são a instalação do Conselho Estadual de Segurança Pública e a elaboração participativa do Plano Estadual de Segurança Pública, que tem um papel importante no debate e definição das políticas de segurança pública no Estado.

1.1.2 Desemprego.

Uma segunda situação social desafiadora se refere ao problema do desemprego. Segundo o Relatório Direitos Humanos 2006, a condição involuntária da mão-de-obra, no Brasil, assumiu novas formas de manifestação nas últimas duas décadas. Por um lado, o tradicional desemprego conjuntural, por estar associado ao comportamento geral do nível da atividade econômica, chega a representar quase 2/3 dos trabalhadores sem trabalho no país.

O desemprego estrutural ganha crescente dimensão, tendo por característica a longevidade da condição de ociosidade da mão-de-obra vinculada à modalidade de inserção do país na economia mundial. Em Fortaleza, segundo dados do SINE IDT, em abril de 2007, a taxa de desemprego aberto ficou em 14,95%, índice abaixo da registrada no mesmo período de 2006, que foi de 16,97%, mas ainda considerado alto. Esse percentual equivale a 155.498 pessoas desempregadas. A maior taxa de ocupação, de acordo com o grau de instrução, está com os que têm nível superior, 64,49%; a dos alfabetizados é de 32,27%; e a menor está entre os analfabetos, 30,61%. E quando o referencial é o gênero, os homens mantêm a maior taxa de ocupação, 51,23%, para 35,22% das mulheres. Enquanto isso, a informalidade responde por 56% do Mercado de Trabalho da Capital.⁵

Os Governos Federal e Estadual têm buscado o enfrentamento dessa realidade. O PAC – Plano de Aceleração do Crescimento - foi apresentado pelo Governo Federal no começo de 2007, propondo ações gerais de investimento em infra-estrutura e em algumas áreas sociais, como a saída para a geração de mais empregos. Os índices de desemprego tiveram um breve recuo no final de 2007 e o país teve um crescimento de cerca de 4% ao ano. Mas, de um ponto de vista geral, as ações do Governo Federal ainda são insuficientes para gerar condições reais de oferta de novos postos de trabalho. Aqui no Ceará, o Governo do Estado criou a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que tem buscado desenvolver alguns projetos de fomento à geração de emprego e renda. Assim como em nível nacional, em nível estadual também houve um recuo tímido das estatísticas de desemprego, bem como um aumento nos índices de acesso aos empregos temporários, característica do último quadrimestre do ano e puxados pelas festas de fim de ano. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 2007 o Ceará registrou queda no número de requerentes ao seguro-desemprego na faixa-etária de 14 a 17 anos e entre os que possuem 65 anos ou mais. Entretanto ainda é necessário um investimento maior em ações que possam gerar mais trabalho e renda para a população do Ceará. Em 2007 o FECOP – Fundo Estadual de Combate a Pobreza - teve uma atuação pouco significativa, ficando com cerca de 50% de seus recursos não utilizados.

1.1.3 Alcoolismo e Droga

⁵ Fonte: SINE – Sistema Nacional de Emprego e IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Pesquisa Emprego e Ocupação em Fortaleza, abril de 2007.

O terceiro desafio destacado no VER é a questão do alcoolismo e da droga. Atualmente ainda não há dados mais precisos e recentes sobre indicadores dessa problemática. Por isso, os dados que apresentamos abaixo são oriundos de pesquisa realizada em 1998, pelas professoras Maria Cecília Minayo e Suely Fernandes Deslandes, da Fundação Getúlio Vargas, com o título: “*A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência*”. Em nível local, também utilizamos como fonte de dados reportagem feita pelo Jornal Diário do Nordeste sobre o assunto.

Segundo as pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, nos casos em que foi identificado o consumo de algum tipo de droga, o álcool configurou-se como o mais freqüentemente consumido: no ano de 1997, 88% dos casos atendidos no Hospital Municipal Salgado Filho - HMSF e 90,7% no Hospital Municipal Miguel Couto – HMMC, foram devidos ao álcool. O consumo de álcool associado com drogas (cocaína, maconha e outras) foi declarado em 3,2% dos casos no HMMC e em 0,7% dos casos no Salgado Filho.

Esses dados indicam que há uma incidência considerável do uso de álcool como uma droga, embora sua utilização, em geral, seja permitida e legitimada pelo sistema de mídia e propaganda da indústria de bebidas. Dessa forma, o aumento da incidência do consumo de álcool revela que essa não é somente uma questão individual ou pessoal, mas é principalmente uma questão social.

Em Fortaleza, não foi possível obter informações atualizadas sobre a situação dessa problemática nos sistemas de saúde municipal e estadual. Os dados de que dispomos são da imprensa local e mostram que na capital cearense, em 2006, o álcool, com 31,47%, o tabaco (12,82%) e o crack (11,80%) lideraram o *ranking* dos tipos de drogas mais consumidos pelos usuários atendidos nos Caps – Centros de Apoio Psicossociais⁶ da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Outro dado importante revelado pela pesquisa no Rio de Janeiro é que o álcool, no sistema de saúde pública, aparece cada vez mais associado aos atos violentos. Em geral, nos hospitais públicos da capital fluminense, do total de pacientes vítimas de agressões físicas, em média, 35% envolvem o uso de drogas. Tal fato indica que uma em cada três agressões envolve o consumo de drogas.⁷ Esse é um dado que pode ser considerado crítico e merece a atenção das autoridades e da sociedade.

Na verdade, medir o nível de influência direta das drogas e do álcool na determinação de atos violentos é um desafio para os estudiosos do campo e para as próprias autoridades públicas, pois ainda não há parâmetros nem instrumentos concretos para essa medição.

A situação se complica pelo fato de o álcool ser um tipo de droga legalizado e o seu combate implica o enfrentamento direto com a estrutura de propaganda para o seu consumo, considerando que a indústria de bebidas é um dos setores que mais fatura no Brasil. Enquanto, porém, muitos poderiam apressadamente concluir pela relação causal entre drogas e violência, as taxas de homicídios são bem baixas se comparadas com as de prevalência de uso de álcool ou drogas, de acordo com os órgãos de saúde e segurança pública. O fato é que a correlação entre aumento da violência e a problemática do consumo de álcool e droga existe e se apresenta como

⁶ Fonte: DIÁRIO DO NORDESTE: 31/05/2007.

⁷ Fonte: Minayo, Cecília de Souza & DERLANDES, Suely Ferreira. A complexidade da Relação entre drogas, álcool e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

um desafio para a diminuição do nível de criminalidade no Brasil, que só cresce a cada ano.

Do ponto de vista da sociedade civil, parece que a preocupação com essa problemática é ainda tratada de maneira muito pontual. O movimento dos Alcoólicos Anônimos é ainda a principal instituição que atua na prevenção e no combate ao alcoolismo. É, portanto, desafio para a sociedade a criação de novos mecanismos sociais de enfrentamento dessa questão, principalmente pelas Igrejas. Assim, do ponto de vista pastoral, torna-se um desafio maior ainda se considerarmos a cultura do preconceito e do medo que nos impede de aproximação com os usuários de drogas.

1.1.4 Saúde Pública

Não muito distante das problemáticas anteriores, o descaso com a saúde pública é apontado como o quarto grande problema social na Arquidiocese de Fortaleza. O SUS – Sistema Único de Saúde - é uma política pública definida na Constituição Brasileira que visa garantir assistência integral e complementar gratuita para toda a população. Opera a partir de uma rede descentralizada com divisão de competências nos níveis nacional, estadual e municipal. Segundo o contra-informe da Sociedade sobre o DHESCAS (2006), em 2003, o SUS possuía 56.642 unidades ambulatoriais que realizavam em média 350 milhões de atendimentos ao ano. Essa assistência estende-se da atenção básica até os atendimentos ambulatoriais de alta complexidade. O financiamento do sistema é compartilhado pelos três níveis de governo, cabendo ao governo federal a responsabilidade por 70% do total de recursos.

O governo do Ceará lançou no segundo semestre de 2007 o Plano Estadual de Saúde, que aponta para um aumento nos investimentos na saúde secundária, a construção de novos hospitais nas grandes regiões do Estado e a ampliação da capacidade de atendimento dos hospitais regionais existentes, numa perspectiva de diminuir a procura pelos hospitais da capital por parte dos pacientes do interior. Também houve investimento na aquisição de novas ambulâncias para o programa de atendimento emergencial.

Do ponto de vista do atendimento primário à saúde, em Fortaleza, houve alguns avanços em 2006 e 2007 com a construção de mais postos de saúde e o funcionamento de alguns dos postos de saúde municipais à noite. Também houve um aumento significativo das equipes do PSF – Programa Saúde da Família -, favorecendo uma melhoria do atendimento de saúde domiciliar em algumas regiões da cidade, e também a contratação de mais profissionais de medicina, bem como a aprovação do plano de cargos e salários desta categoria em nível municipal.

Entretanto o grande problema da saúde está ainda no atendimento dos hospitais públicos municipais, principalmente no setor de urgência e emergência. Pelo que se pode observar no cotidiano e pelas informações repassadas pela imprensa local, vive-se uma situação de interminável crise nesse setor de saúde, provocada em particular pela insuficiência constante de recursos. A falta de leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais públicos de Fortaleza, em particular o IJF – Instituto Dr. José Frota, é prova inconteste da situação problemática da qualidade do serviço público de saúde no Ceará. Trata-se de um problema grave para a situação da saúde em nosso estado, que parece não receber a devida atenção dos poderes públicos, em particular do Governo Federal.

Também a sociedade civil ainda não se manifestou de maneira decisiva frente a essa situação. Apenas o Ministério Público tem buscado agir no sentido de pressionar os poderes públicos a assumirem sua responsabilidade de melhorar o atendimento de saúde nos hospitais da rede SUS. A reação dos demais setores da sociedade, inclusive das Igrejas, ainda parece passiva, o que aponta para um risco de uma complicação ainda maior da realidade.

1.1.5 Educação

A quinta e fundamental problemática que se enquadra como realidade desafiadora à ação pastoral da Igreja na realidade social da Arquidiocese de Fortaleza é a questão da educação. O artigo 205 da Constituição Federal diz o seguinte: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*. E logo em seguida, no artigo 206, afirma: *“O ensino será ministrado nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia do padrão de qualidade.”*

Ora, observando o que diz a nossa Lei Maior, que, aliás, em termos de direitos sociais é uma das melhores do mundo e olhando o nosso cotidiano, percebemos que falta muito para que o direito à educação, teoricamente garantido, possa de fato se efetivar como política pública eficaz de educação. Nos últimos dez anos algumas conquistas foram alcançadas do ponto de vista do acesso à escola pública, que se aproxima à universalização do ensino. No entanto no Brasil o acesso universal infelizmente não tem sido sinônimo de aprendizado universal. Nesse campo, grandes são as defasagens identificadas nos Ensinos Fundamental e Médio. Segundo dados do próprio MEC, somente no Ceará, 70% dos alunos do ensino público saem da 2ª série do Ensino Fundamental sem saber escrever. De 22,58% é a taxa de analfabetismo no Ceará.⁸

No Brasil, 70 mil jovens analfabetos absolutos são produzidos a cada ano; 65 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não completaram o ensino fundamental. Programas governamentais existem nesse campo, como o Brasil Alfabetizado, do governo Federal, e os programas estaduais de EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Ceará, mas ainda são ineficientes e não conseguem chegar ao atendimento universal daqueles que deles necessitam.

Em maio de 2007, o Ministro da Educação, Fernando Hadad com sua equipe esteve no Ceará para o lançamento do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação⁹ em nosso Estado. Na ocasião foi apresentado pelo MEC o mapa da situação da educação no Ceará. Este mapa, segundo reportagem do Jornal O Povo (25/05/07), mostrava, em vermelho, os municípios em que a taxa de analfabetismo alcança 30% ou mais. Escapavam dessa situação apenas cidades como Sobral, Crato e Barbalha, além de Fortaleza e algumas cidades da região metropolitana.

Ainda sobre a Educação, outros problemas relacionados no Relatório DH 2006, se referem à questão da educação inclusiva. Em 2001, o Plano Nacional de

⁸ Fonte: INEP – Instituto Nacional de estudos e Pesquisas educacionais Prof. Anísio Teixeira: Senso Escolar 2006.

⁹ O PDE é uma ação, no campo da educação, faz parte do plano de investimentos do PAC – Programa de aceleração do Crescimento.

Educação estimava que existiam cerca de 15 milhões de brasileiros com necessidades especiais de diversas ordens. Apesar de o acesso à rede regular de ensino estar assegurado pelo Sistema de Justiça, o Censo Escolar de 2005 registrou apenas 640.317 matrículas, tanto em escolas exclusivas para pessoas com necessidades especiais, como em escolas regulares. Atualmente, estão matriculados nas classes comuns apenas 41% dos alunos com necessidades especiais; os outros 59% permanecem em instituições exclusivas.¹⁰

Em termos de recursos, de acordo com o MEC, cerca de R\$50 milhões foram investidos nos últimos três anos pelo Governo Federal para apoiar os sistemas de ensino dos estados e municípios no atendimento da demanda das pessoas com necessidades especiais. Atualmente, 82,3% dos municípios brasileiros oferecem matrícula para este segmento.¹¹ Entretanto o valor do repasse governamental para a matrícula da Educação Especial é de apenas R\$730,30 por ano. Estudos feitos pela Companhia Nacional pelo Direito à Educação sobre o Custo Aluno Qualidade – CAQ - indicam que este valor deveria ser de, no mínimo, R\$1.365,20 *per capita/ano*.¹²

Em Fortaleza, em nível municipal, em 2006 e 2007, houve alguns avanços na educação: implantação de um sistema de transporte escolar municipal, que atende aos alunos e alunas das escolas públicas municipais; criação de um programa de distribuição gratuita do fardamento escolar nas escolas públicas municipais; construção de mais escolas e reforma de outras escolas modelo. Mas essas ações ainda não têm sido suficientes para superar os desafios da gestão da educação.

Assim, a situação acima exposta aponta para dois desafios a serem enfrentados pelos governos atuais no tocante à melhoria do acesso e da qualidade da educação no Brasil. Por um lado, é necessário ampliar e universalizar o acesso aos recursos da Educação. Sem dúvida, não há como garantir a escolarização universal se não forem feitos investimentos em ações destinadas às parcelas mais fragilizadas da população. Por outro lado, é urgente a retomada das metas do Plano Nacional de Educação, para garantir a efetivação de reais padrões de qualidade para a educação nas escolas públicas, bem como garantir o desenvolvimento de processos mais participativos e de controle social.

1.1.6 Discriminação, Desigualdade Social e Exclusão.

Por fim, o sexto maior problema revelado na síntese do VER da Arquidiocese de Fortaleza refere-se à questão da Discriminação, Desigualdade Social e Exclusão.

Segundo os dados do Censo 2000 (IBGE), Fortaleza, à época com 114 bairros, revela uma realidade de forte desigualdade social, marcada por grandes disparidades de renda e suas repercussões no nível educacional, reflexo de um sistema político-econômico que privilegia uns e exclui outros. Conforme Ana Maria Matos Araújo & Adelita Neto Carleial (2003), os chefes de família com rendas médias mais elevadas estavam residindo em 2000, em áreas geográficas próximas ou periféricas ao eixo central de Fortaleza, sobretudo no leste (por tradição) e sudeste (por expansão) da cidade.

Segundo as autoras, é possível observar que esta grande área é palco, nas últimas duas décadas, de vários investimentos de infra-estrutura que beneficiaram

¹⁰ Fonte: Relatório Direitos Humanos 2006. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Brasília:2007.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

setores estratégicos da economia, como o comércio para classes de renda alta e as áreas de recepção turística.

Ainda conforme os dados do IBGE (2000), as rendas mais baixas dos chefes de domicílios, que variam entre R\$ 269,63 a R\$ 373,87, predominam no setor oeste. Os bairros ao oeste da cidade são áreas antigas e novas que se misturam, acompanham o litoral e rumam no sentido norte-sul. Não possuem a mesma situação de renda. O que há de comum entre eles é que se localizam em torno de fábricas, como os que fazem limites com o Município de Maracanaú, sede de dois distritos industriais.

Essa situação sócio-econômica de desigualdade na Grande Fortaleza é marcada por uma disparidade na relação entre renda e nível educacional: onde as rendas são maiores, melhores são os níveis de escolaridade da população e vice-versa.

Outro indicador da desigualdade e precariedade social está na situação de moradia. Fortaleza possui mais de 700 favelas e 105 áreas de risco. O déficit habitacional chega a 150 mil unidades. Nos últimos anos houve avanços na elaboração de políticas públicas municipais e estaduais no campo da moradia, mas as ações públicas de construções habitacionais ainda têm sido incapazes de atender à grande demanda.

Pode-se concluir que Fortaleza apresenta uma realidade sócio-econômica e espacial desigual e excludente. Também percebe-se que essa realidade não é tratada pelos poderes públicos com a devida atenção. Trata-se de uma situação de grande clamor social, mas também de perversa negligência das autoridades e da própria sociedade em sua totalidade.

1.2 Refletindo a realidade no contexto mundial.

Em que quadro explicativo podemos situar esses fenômenos?

É no seio de uma nova revolução tecnológica no âmbito da informação, dos transportes e das comunicações que se engendrou uma nova forma de acumulação e regulação do capital, a globalização ou mundialização, um tipo de “liberalismo transnacional”, uma vez que por decisões políticas aboliu as amarras, isto é, desregulamentou o mercado mundial, sobretudo os mercados financeiros que geraram a especulação em grande escala e estimularam a criação dos paraísos fiscais. Desta forma, a globalização aprofundou os processos de interconexão econômica, política e cultural, provocando um intercâmbio mais estreito entre os países e os povos e aprofundando a interdependência, embora de forma assimétrica. Este sistema foi possibilitado, entre outros fatores, através dos progressos tecnológicos e da revolução dos meios de comunicação que ultrapassou as fronteiras do tempo e do espaço, tornando a comunicação mundial instantânea, e estendeu para todo o planeta a propagação não só de imagens e sons no contexto de um bombardeio publicitário contínuo, mas de capitais, de tecnologias, de ordens de bolsas e transações, publicidade, informações, etc.

Nesta dinâmica, o capital conquistou para si um espaço de ação para além do espaço dos estados nacionais constituindo uma economia global através de uma onda de desregulamentações, fusões e privatizações, reestruturação empresarial e produtiva, expansão das empresas transnacionais que se subtraem cada vez mais ao controle dos estados nacionais e pagam cada vez menos impostos em seus países de origem, intensificação dos intercâmbios comerciais e financeiros,

umentando a produção e a riqueza mundiais com distribuição desigual de seus resultados, já que privilegiando elites hegemônicas e degradando os eco-sistemas. Daí o monopólio no controle dos fluxos financeiros pela intervenção nas instituições financeiras, cujo campo de atuação é agora o mundo inteiro.

Os movimentos livres do capital financeiro mundializado operam no quadro de um sistema monetário mundial inteiramente superado, que, no entanto, provoca enormes dependências e a não-priorização das políticas sociais. As preocupações financeiras têm, neste contexto, primazia sobre as que se relacionam ao crescimento econômico e à expansão dos sistemas produtivos.

A globalização certamente transformou profundamente nos últimos vinte anos a organização econômica, as relações sociais, os modelos de vida e cultura, os Estados e a política e acelerou enormemente as mudanças e a geração de novos paradigmas. Recorre-se hoje à lógica da globalização para legitimar o desmantelamento das instituições de proteção social e de controle de mercados, do exercício do papel equilibrador do Estado e da proteção dos direitos dos cidadãos, já que as instituições políticas dispõem de pouca margem de manobra frente aos mecanismos dominadores do mercado, de modo especial frente aos organismos financeiros internacionais.

O Brasil, campeão das desigualdades, conseguiu reduzir a população em situação de miséria, mas não reduziu a distância entre os muito ricos e os pobres. Ao contrário, a política econômica dos dois últimos governos transferiu muito mais renda para os ricos por meio das despesas financeiras, do que para os pobres pela assistência social e previdência pública. As demandas da sociedade pelas Reformas expressam uma vontade nacional de mudar esse quadro, mas a experiência recente mostra que isso requer um movimento que atinja as próprias raízes de nossa configuração societária para nela imprimir uma outra orientação. Este é o cerne da questão: substituir um sistema que favorece o poder oligárquico por um sistema de participação cidadã em todos os níveis da vida coletiva.

2 – Leitura Teológico-pastoral.

2.1 Considerações Gerais

Olhando com atenção o que vimos com relação à realidade que nos interpela e, ao mesmo tempo, aponta para uma evangelização que a leve em consideração e fazendo uma leitura da síntese da avaliação e do VER chega-se facilmente a uma constatação: o Plano de Pastoral 2003-2007 não se constituiu numa referência eclesial para aquilo que se pode chamar a base da Igreja, que são as Paróquias e as Áreas Pastorais, locais onde se visibiliza a presença da Igreja. Deste ponto de partida, pode-se afirmar que ou o mesmo foi grandemente desconhecido ou foi relativizado.

As atividades que se apresentaram diretamente associadas ou motivadas pelo Plano são foram poucas, tímidas. Esta constatação inicial vai revelar, num primeiro plano, que aquilo que foi realizado nos últimos cinco anos, com muito empenho e dedicação, se deu à margem do Plano e ao mesmo tempo expressa um modo de ser Igreja, um rosto.

Não se evidencia, em todo o texto da avaliação pastoral, qualquer possibilidade de dedução de um cenário de Igreja hegemônico: o cenário carismático, ou o catolicismo popular. Não sei se isto se deve ao fato de as

perguntas não proporcionarem esta possibilidade. O que não fica evidente também, e isto aparece em quase todas as respostas, é a pedagogia, a metodologia utilizada, o como estas atividades são desenvolvidas – se provocam o protagonismo dos destinatários, dos interlocutores ou não.

O referencial teórico está fundamentado na eclesiologia do Vaticano II e nos desdobramentos posteriores do Magistério, seja em nível mundial, continental e nacional.

2.2 Rosto, perfil, características de Igreja que as respostas revelam.

- Uma Igreja voltada sobre si mesma, portanto com sinais tímidos de sua relação com o mundo; a presença pública não aparece. Forte expressão de clericalismo.
- A ação pastoral tem primazia sobre a ação evangelizadora, revelando pouca incidência missionária.
- Sinais evidentes de um modelo de manutenção.
- Centralizada e centralizadora. O modelo de comunidade eclesial, de autonomia e de comunhão é quase nulo.
- Não há sinais de uma eclesiologia ecumênica.
- Difusamente se apresentam muitos ministérios.
- Há evidências de uma presença no social na dimensão emergencial-assistencialista
- Modelo estático, que não se situa no âmbito de uma evangelização inculturada, servindo para qualquer realidade. Não se prolonga no engajamento histórico.
- Ação pastoral centrada na Paróquia, que de certa forma na sua origem é associada a uma mentalidade rural, em situações que respiram uma cultura moderna, pós-moderna e urbana.
- A espiritualidade de fundo é a da *fuga mundi*, com uma visão pejorativa do mundo.

2.3 De forma minoritária, aparecem dados que revelam uma Igreja.

- Que se faz presente junto aos excluídos, dando visibilidade à opção evangélica e preferencial pelos pobres.
- Que se deram passos no que concerne à implantação do dízimo e, conseqüentemente, à solidariedade.

2.4 Algumas lacunas podem ser vistas

- O conceito de evangelização.
- A animação constante do Plano, para que não caia na gaveta, mas seja um instrumento de comunhão, de busca da unidade, enfim, de Pastoral de Conjunto.

- Os interlocutores do processo de evangelização como sujeitos, para crescerem na autonomia. Questão de metodologia e pedagogia da ação evangelizadora.
- O caminho de uma Igreja ministerial.
- A opção pelos pobres, a ação em favor da justiça, da dignidade humana, da defesa da vida e a dimensão social do Evangelho, que fazem parte do ministério de todos e são constitutivas da evangelização e não apenas responsabilidade das Pastorais Sociais, que estão fragilizadas por falta de apoio.
- O acolhimento das diferenças e da pluralidade como uma riqueza cuja origem provém do Espírito Santo, garantindo, entretanto, a unidade através da valorização do Plano de Pastoral.